



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Jefferson Kravchychyn

CONSULTA N.º 0001214-36.2012.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO JEFFERSON KRAVCHYCHYN

CONSULENTE : LARRY DE ALMADA GARCIA

EMENTA: CONSULTA. CASO CONCRETO QUE CONTÉM OS REQUISITOS DO ART. 89 DO RICNJ. CONHECIDA. RESOLUÇÃO Nº 146 DO CNJ. REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO. NÃO HÁ DIREITO ADQUIRIDO DO SERVIDOR À REDISTRIBUIÇÃO DO CARGO. PREVISÃO DE NOVOS REQUISITOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO. APLICAM-SE IMEDIATAMENTE.

- A Consulta que teve como objeto caso concreto deve, por excepcionalidade, ser conhecida, quando presentes os requisitos do art. 89 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.
- A Resolução nº 146, do Conselho Nacional de Justiça, regulamenta, nos termos art. 37 da Lei nº 8.112/90, o instituto da redistribuição de cargos no âmbito do Poder Judiciário.
- A citada resolução (art. 6º) prevê dois novos requisitos para a possibilidade de redistribuição do cargo ocupado, quais sejam: a) o tempo mínimo de 36 (trinta e seis) meses de exercício por parte do servidor no cargo a ser redistribuído e b) o servidor não estar respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar, nem estar cumprindo qualquer tipo de penalidade administrativa.
- A redistribuição de cargos é do exclusivo interesse da administração. Precedentes do STJ.
- Não há direito adquirido, nem direito subjetivo, para o servidor ver o seu cargo redistribuído.
- Consulta respondida no sentido de que a Resolução nº 146 deste Conselho deve ser aplicada a partir da data de sua publicação, inclusive aos processos em trâmite.

Vistos,

Trata-se de Consulta (CONS) formulada por Larry Almada Garcia, servidor público pertencente ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), em que pretende sanar dúvida a respeito da aplicação da Resolução nº 146 do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) aos processos administrativos que já se encontravam em trâmite antes da publicação da referida Resolução.

O requerente aduz que, em 30/11/2011, protocolou, na Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, processo administrativo com pedido de redistribuição do cargo que ocupa, qual seja, Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados, com outro cargo ocupado, pertencente aos quadros de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), em São Paulo.

Afirma que o mencionado processo foi autuado sob o nº 17/2012, no TRF5, em 04/01/2012, mas que foi julgado somente no dia 14/03/2012, data posterior à publicação da Resolução nº 146, do CNJ, que foi publicada em 06/03/2012.

Entende que a Resolução em questão tem caráter estritamente material, e não processual, de forma que não poderia ser aplicada aos processos que já se encontravam em trâmite quando ela entrou em vigor, uma vez que traz novos requisitos para a concessão da redistribuição.

Destarte, suscita dúvida para que o CNJ se manifeste sobre **a aplicação da Resolução nº 146 do CNJ aos processos administrativos de redistribuição de cargos efetivos dos quadros de pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União que já se encontravam em trâmite quando da publicação da Resolução.**

É o relatório.

VOTO:

Não obstante o requerente apresentar um caso concreto, não há dúvida de que a questão colocada tem repercussão geral, pois a matéria neste versado não está restrita ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, mas, por outro lado, a todos os tribunais brasileiros.

No presente caso, trata-se de consulta formulada por servidor a respeito de caso concreto, ou seja, a intenção do consulente é resolver matéria que está a afetar o seu processo administrativo, que versa sobre pedido de redistribuição de cargo. Entretanto, em que pese a natureza individual da dúvida levantada na presente Consulta,

é notório o conteúdo genérico, com repercussão geral perante o Poder Judiciário nacional, tendo em vista a possibilidade de existência de considerável quantidade de processos administrativos com o mesmo conteúdo em diversos outros tribunais.

Ante o exposto, preliminarmente, conheço da consulta formulada.

Quanto ao mérito da questão posta, cabe, primeiramente, tecer breves comentários sobre a natureza jurídica do instituto da redistribuição.

Assim, a par desse instituto, Antônio Flávio de Oliveira (In Servidor Público: remoção, cessão, enquadramento e redistribuição. Belo Horizonte: Fórum, 2003, p.153) aduz que:

“... constitui a redistribuição fenômeno jurídico-administrativo decorrente da necessidade de reposicionar na estrutura da Administração, em virtude de modificação trazida por lei, cargos cujas atribuições foram deslocadas para a esfera de outro órgão.

Este reposicionamento tem lugar sempre que ocorre a extinção ou modificação nas atribuições de um órgão dentro da estrutura estatal, remanescendo desse processo servidores, cujas funções ainda sejam necessárias para a realização do interesse coletivo primário.

(...)

Tendo em vista que no caso da redistribuição está a ser tratar de um fenômeno que atinge diretamente o cargo, uma vez que este é que será localizado em órgão diferente daquele em que originariamente fora criado, não se vislumbra a necessidade ou mesmo o cabimento da realização de procedimento destinado à escolha dos servidores para a sua concretização”.

No plano da legalidade, o art. 37 da Lei nº 8.112/90 dispõe que a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder. Os incisos do *caput* deste prevêm as condições para a possibilidade de acontecimento da redistribuição, quais sejam, a) interesse da administração; b) equivalência de vencimentos; c) manutenção da essência das atribuições do cargo; d) vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e) mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e f) compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

No âmbito do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 146, de 6 de março de 2012, além de prever os requisitos legais

acima informados, elencou duas regras aplicáveis a serem visualizadas do ponto de vista do servidor e não do cargo, como fez a Lei nº 8.112/90. Essas regras foram: a) o tempo mínimo de 36 (trinta e seis) meses de exercício por parte do servidor no cargo a ser redistribuído e b) o servidor não estar respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar, nem estar cumprindo qualquer tipo de penalidade administrativa.

Cabe ressaltar que, no caso de extinção de um órgão ou entidade do Poder Judiciário, poderá a Administração redistribuir, excepcionalmente, os cargos sem a necessidade de cumprimento do tempo mínimo de 36 (trinta e seis) meses de exercício e da inexistência de sindicância ou processo administrativo disciplinar, conforme disposição do art. 37 da Lei nº 8112/90.

Neste diapasão, percebe-se que as duas regras previstas somente na Resolução do CNJ são, ao meu sentir, a previsão inicial do interesse da administração, ao qual o inc. I, do art. 37, da Lei nº 8.112/90 se refere. Em outras palavras, é de interesse do Poder Judiciário que, para o cargo ser redistribuído, atendendo os requisitos legais, o servidor permaneça neste cargo pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses de exercício e não esteja respondendo a qualquer sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Conclui-se, nesta senda, que a redistribuição é instituto de inteiro interesse da Administração Pública, não tendo o servidor qualquer direito adquirido ou direito subjetivo. Tal conclusão é possível porque, mesmo o cargo cumprindo as hipóteses legais e o servidor as hipóteses da resolução do CNJ, ainda assim a Administração Pública poderá negar a redistribuição do cargo, de acordo com o seu interesse.

Nessa toada, destaca-se precedente do e. Superior Tribunal de Justiça (STJ):

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR. ATO DE REDISTRIBUIÇÃO.

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA.

I - O ato de redistribuição de servidor público é instrumento de política de pessoal da Administração, que deve ser realizada no estrito interesse do serviço, levando em conta a conveniência e oportunidade da transferência do servidor para as novas atividades.

II - O controle judicial dos atos administrativos discricionários deve-se limitar ao exame de sua legalidade, eximindo-se o Judiciário de adentrar na análise de mérito do ato impugnado. Precedentes.

Segurança denegada.

(MS 12.629/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2007, DJ 24/09/2007, p. 244) (grifei)

Isso leva a crer que as regras descritas pela Resolução nº 146, do Conselho Nacional de Justiça, aplicam-se imediatamente, nos termos do art. 13 desta resolução, mesmo aos processos em trâmite, não findos, pois aquelas assumem hipóteses do interesse da administração.

Ademais, embora ciente que a Resolução nº 146 do CNJ interfira, de algum modo, no direito intertemporal, não cabe perquirir, ao meu sentir, no presente caso, frise-se, se essas normas são de cunho material ou, processual. Parece irrelevante, pois, não sendo o instituto da redistribuição direito subjetivo do servidor, mas sim prerrogativa exclusiva da Administração Pública, não há se falar em norma que prejudique ou não o servidor. Do contrário, estaríamos prevendo um direito subjetivo ao servidor do Poder Judiciário que não existe legalmente e retirando da Administração Pública sua prerrogativa de gestão administrativa.

Ante o exposto, **respondo à consulta no sentido de ser juridicamente aplicável a Resolução nº 146, do Conselho Nacional de Justiça, aos processos em trâmite, que versam sobre pedido de redistribuição, considerando a natureza exclusivamente discricionária da Administração Pública nos processos sobre redistribuição de cargos, nos termos do art. 37 da Lei nº 8.112/90.**

Brasília, 26 de março de 2012.

Conselheiro JEFFERSON KRAVCHYCHYN
Relator